



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**JOSEFA JOZAELSAN DA SILVA**

**A GESTÃO PÚBLICA E SUAS PRÁTICAS:  
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO MUNICÍPIO DE  
CARAÚBAS - PB**

**SUMÉ – PB**

**2017**

**JOSEFA JOZAELSAN DA SILVA**

**A GESTÃO PÚBLICA E SUAS PRÁTICAS:  
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO MUNICÍPIO DE  
CARAÚBAS - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão das Políticas Públicas do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão das Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Me. Allan Gustavo Freire da Silva.

**SUMÉ - PB**

**2017**

S586g Silva, Josefa Jozaelsan da.

A gestão pública e suas práticas: um estudo sobre a relação público-privado no município de Caraúbas - PB. / Josefa Jozaelsan da Silva. - Sumé - PB: [s.n], 2017.

46 f.

Orientador: Prof. Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Políticas das Gestões Públicas.

1. Gestão Pública. 2. Gestores públicos. 3. Corrupção. I. Título.

CDU: 35 (043.1)

**JOSEFA JOZAELSAN DA SILVA**

**A GESTÃO PÚBLICA E SUAS PRÁTICAS:  
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO MUNICÍPIO DE  
CARAÚBAS - PB**

Monografia apresentada á coordenação do Curso de Especialização em Gestão das Políticas Públicas, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

**BANCA EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
**Professor Me. Allan Gustavo Freire.**  
**Orientadora – UAEDUC/CDSA/UFCG**

  
\_\_\_\_\_  
**Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.**  
**Examinador I – UAEDUC/CDSA/UFCG**

  
\_\_\_\_\_  
**Professor Me. José Ozildo dos Santos.**  
**Examinador II – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Trabalho aprovado em: 31 de agosto de 2017**

## **DEDICATÓRIA**

À maior riqueza de minha vida, a minha família. Minha Mãe Maria Sandra da Silva Felix e meu pai Jozaelço da Silva. Ainda, em especial, aos meus queridos irmãos, Jozicleson Jozaelço da Silva e Jozielson Sandro da Silva Filho, ao meu companheiro Pedro da Silva Neves Júnior, a minha saudosa Vó Maria Noêmia da Silva, aos amigos e todos aqueles que passaram por minha vida e que contribuíram de alguma forma mesmo que pequena, mas valiosa no meu crescimento pessoal e profissional ou que sempre estiveram do meu lado me dando apoio, carinho e força. Esta é apenas uma etapa das muitas que meu bom Deus me concederá e que venham novos conhecimentos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS por cada dificuldade vencida, por todos os livramentos concedidos a mim, por sempre me dar forças e coragem para seguir em frente.

A minha mãe Maria Sandra, que é a razão de meus viver, pelo carinho e força que sempre me dedicou para que esse sonho tornasse uma realidade.

Ao meu pai Jozaelço, que mesmo não sendo muito presente sempre me apoiou quando possível.

Aos meus irmãos Jozicleson e Sandro, que são meus dois amores, por sempre me incentivarem e estarem do meu lado mesmo que muitas vezes tagarelando ou brigando, amo vocês.

Ao meu companheiro Pedro Júnior, pela paciência e por me ajudar a superar os momentos difíceis.

A minha querida vó Noêmia (in memória) e minha tia Verônica (in memória), que mesmo não estando mais presentes são um exemplo para mim nunca desistir. Agradeço pelos sábios Conselhos e pela grande contribuição dada na minha vida através dos bons exemplos deixados.

Aos meus amigos, em especial a Roniely, Maiza, Manuela, Suênia, Jane e Graça, pelo companheirismo, amizade, força e incentivo.

Aos mestres que me acompanharam durante a especialização, em especial ao professor Allan Gustavo Freire da Silva, meu orientador no TCC por seus ensinamentos, paciência e confiança.

Aos funcionários da UFCG, em especial, John e Suely pela simpatia, amizade e paciência;

Aos colegas de classe, em especial a Edson, Isleno e Flávia pelos favores prestados.

A todos que de forma direta e indireta torceram por mim, o meu muito obrigado.

## RESUMO

A gestão pública é uma área voltada ao gerenciamento e controle dos recursos e bens públicos, contribuindo com o planejamento e o alcance de metas e ações que promovam o interesse público e o bem estar social. Neste contexto, este trabalho tem por finalidade analisar as práticas e relações dos gestores públicos diante de questões público-privadas e seus impactos no desenvolvimento da gestão pública, sobretudo, no município de Caraúbas – PB. Bem como, descrever as vantagens de uma gestão eficiente, transparente e responsivas. Esta pesquisa se justifica diante do instável panorama social, político, administrativo e econômico em que se encontram as organizações públicas no país. Para a concretização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico e exploratório, a partir de uma análise descritiva, de cunho quali-quantitativo, a qual envolveu a aplicação de questionários semiestruturados, por meio de entrevistas a 5 (cinco) grupos: funcionários públicos municipais, funcionários públicos estaduais, estudantes do ensino médio, estudantes o ensino superior e a sociedade civil. Na análise buscou-se fazer um levantamento dos possíveis prejuízos causados pelas diversas práticas dos gestores públicos, bem como, demonstrar a relevância de uma gestão pública pautada na eficiência, na transparência e na responsividade. Desse modo, considerou-se que a gestão pública local, traz consigo ações que retroalimentam comportamentos que dificultam o pleno funcionamento da máquina pública e que obstaculizam sua eficiência, eficácia e efetividade na implantação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Gestão Pública. Comportamentos. Eficiência. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

Public management is an area dedicated to the management and control of resources and public goods, contributing to the planning and achievement of goals and actions that promote public interest and social welfare. In this context, this work aims to analyze the practices and relationships of public managers in relation to public-private issues and their impacts on the development of public management, especially in the municipality of Caraúbas - PB. As well as, describe the advantages of efficient, transparent and responsive management. This research is justified by the unstable social, political, administrative and economic panorama in which the public organizations in the country are found. In order to carry out this work, a bibliographic and exploratory research was carried out, based on a qualitative and quantitative descriptive analysis, which involved the application of semi-structured questionnaires, through interviews with five (5) groups: Municipal civil servants, State civil servants, high school students, students in higher education and civil society. In the analysis, an attempt was made to survey the possible damages caused by the different practices of public managers, as well as to demonstrate the relevance of public management based on efficiency, transparency and responsiveness. Thus, it was considered that the local public management, brings with it actions that feed back behaviors that hinder the full functioning of the public machine and that hamper its efficiency and effectiveness in the implementation of public policies.

**Keywords:** Public Management. Behaviors. Efficiency. Development.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>2 GESTÃO PÚBLICAS: PRÁTICAS E COSTUMES ANTIGOS</b> .....	11
2.1 GESTÃO PÚBLICA.....	11
2.2 PATRIMONIALISMO.....	13
2.3 NEPOTISMO .....	15
2.4 CLIENTELISMO .....	17
2.5 CORRUPÇÃO.....	19
<b>2.5.1 Jeitinho Brasileiro</b> .....	22
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	25
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	27
4.1 APRESENTAÇÃO DO PÚBLICO ENTREVISTADO.....	27
4.2 APRESENTAÇÕES DOS DADOS DA PESQUISA.....	28
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	38
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	40
<b>APÊNDICE</b> .....	43
<b>QUESTIONÁRIO</b> .....	44

## 1 INTRODUÇÃO

A reforma gerencial surgiu como consequência administrativa da possibilidade de concretização do Estado Social (voltado para o bem social). A partir dos anos 1980, durante a crise do modelo burocrático, desencadeada pela ineficiência dos serviços públicos, houve uma cobrança por mudanças no setor público por parte dos cidadãos. Tal reforma modificou a forma de gerir a oferta dos serviços. Ela tornou os gerentes dos serviços responsáveis por resultados; passou-se, portanto, a premiar os servidores por bons resultados ou punir pelos maus. Nestes termos, dentre outras características, a Reforma Gerencial possibilitou a prestação de serviços que envolvem o Estado através de agências executivas e reguladoras<sup>1</sup>, transferindo a oferta dos serviços sociais e científicos para organizações sociais.

Em 1995, a Reforma Gerencial difundiu-se no Brasil, configurando-se em uma reforma de cunho neoliberal<sup>2</sup>. Porém, ficou claro que o primeiro objetivo desta reforma foi fortalecer o Estado (PEREIRA,1996).

Em síntese, a reforma do Estado brasileiro teve por finalidade o equilíbrio das contas públicas e, ao mesmo tempo, elevar a capacidade da ação estatal. Desta feita, o Brasil passou por uma reforma da administração pública, onde foi implementado um novo modelo de gestão. Esta nova Gestão Pública emergiu inicialmente em países anglo-saxônicos (a exemplo os Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia). De acordo com Bresser Pereira (1996) a partir a da Reforma Gerencial a gestão pública passa a ser um campo do conhecimento que abrange varias áreas entre elas: recursos humanos, finanças públicas, ciência política e políticas públicas.

A Gestão Pública é uma área que tem por objetivo planejar, dirigir e controlar ações, metas, projetos que visem alcançar o interesse público. Ela se utiliza de teorias da administração gerencial e de técnicas inovadoras de gestão. Assim, a gestão pública aparece como uma área de suma importância para o acompanhamento e supervisão dos serviços prestados pelos governos. Neste contexto, um gestor público deve ser responsável por planejar orçamentos públicos, assessorar processos, avaliar programas, coordenar ações e políticas públicas. E, acima de tudo, buscar desenvolvimento urbano e econômico de um município ou estado de forma eficiente e eficaz, baseado nos princípios do artigo 37 da

---

<sup>1</sup> GODOI JUNIOR, (2008, p.49). Agências Reguladoras são autarquias, e o regime especial é definido na lei instituidora, dando maior autonomia para poder desempenhar seu papel de regulação junto ao setor econômico para o qual foi instituída, respeitados os preceitos constitucionais. [...] As Agências Reguladoras são pessoas jurídicas de direito público, porém fazem parte da Administração Pública descentralizada.

<sup>2</sup> AUGUSTIN, (2010, p.5). [...] a característica mais importante do neoliberalismo não é a ausência de Estado. Pelo contrário, é justamente uma política realizada através do Estado para restaurar o poder de uma classe.

Constituição Federal de 1988, isto é, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Uma boa gestão pública se pauta nas necessidades coletivas e na promoção de uma qualidade de vida dirigida para toda a população. Proporcionando assim, por meio de seus atos, o alcance da excelência. Vale salientar que na gestão pública, a receita é oriunda dos tributos, desse modo, o controle não é feito apenas pelo cidadão, mas por órgãos como: a Câmara Municipal, Conselhos Municipais e os Tribunais de Contas, o interesse coletivo deve ser levado em conta, uma vez que a tomada de decisão é mais lenta e influenciada por fatores políticos e pelas necessidades sociais.

Dentre os desafios inerentes à gestão pública, destaca-se a adaptação das políticas governamentais vigentes e o desenvolvimento de projetos do governo, fazendo parte desse cenário a área da *accountability*; a transparência; a participação popular e o controle social; a criação de regimes temporários de emprego e flexibilização do direito administrativo.

Dentro desse contexto, o presente trabalho se justifica diante do atual panorama social, político, administrativo e econômico, que encontra as organizações públicas. Cenário este que aprofunda as dificuldades econômicas do país e, conseqüentemente, dificulta o bom andamento da administração pública brasileira.

A gestão pública em nosso país apresenta desafios na área da profissionalização, ética, efetividade, eficiência, transparência, entre outras, que necessitam ser superados. É notável que na gestão pública ainda se faz uso de terceirizações e da inserção de pessoal por meio dos cargos comissionados. O acesso à informação é fundamental neste contexto, portanto a gestão pública deve buscar primar pela atualização das informações, processos e de seu pessoal, o que refletirá diretamente na transparência, qualidades dos serviços públicos e ética dos agentes públicos.

Superar tais desafios significa alocar a gestão pública no caminho do desenvolvimento. Neste sentido, os administradores públicos são peças fundamentais no processo de desenvolvimento da administração pública. Isto não solucionará todos os problemas da administração pública, mas possui a capacidade de fortalecer as instituições públicas, possibilitando adequado funcionamento da mesma.

O presente trabalho objetiva identificar e delinear possíveis práticas administrativas prejudiciais e ainda existentes na gestão pública local. Bem como, demonstrar a relevância de uma gestão pública pautada na eficiência, na transparência e na responsividade.

Neste contexto, na gestão pública, ainda existem práticas ligadas ao nepotismo, clientelismo e patrimonialismo, comportamentos que dificultam o bom andamento da gestão pública contemporânea. Em busca por soluções para estas temáticas e visando contribuir para o desenvolvimento da gestão pública faz-se necessário levantar a seguinte questão: Considerando a participação social, como as práticas e os comportamentos dos gestores públicos afetam o desenvolvimento Gestão Pública?

## 2 GESTÃO PÚBLICAS: PRÁTICAS E COSTUMES ANTIGOS

A Gestão Pública compreende todas as atividades que envolvem a administração da área pública. Todas as atividades ligadas a Gestão Pública precisam buscar, à satisfação do interesse público e necessitam modera-se em conformidade com a ordem jurídica, primando por uma gestão de qualidade, pela economicidade, eficiência e eficácia (GÓES, 2010).

### 2.1 GESTÃO PÚBLICA

Nos últimos anos a gestão pública tem ganhado espaço, tornando-se um campo de grande importância na formulação, implementação e execução das políticas públicas. Isso vem ocorrendo devido à redefinição das funções dos estados e municípios no provimento de bens e serviços públicos prestados à sociedade. Segundo Pereira (1996, p.10), “a administração pública gerencial emergiu, na segunda metade deste século, como resposta à crise do Estado.” Dessa forma a administração pública gerencial é dirigida para o cidadão.

Gestão Pública é uma expressão recente a qual sugere o uso de práticas novas na gestão do setor público, tais práticas são oriundas do setor privado, outras recicladas da própria área pública, outras ainda são mais inovadoras sendo desenvolvidas a partir dos anos de 1990. Ela abrange áreas como: recursos humanos, finanças públicas e políticas públicas (MARTINS, 2005).

É uma área voltada para o interesse público, porém tende mais para as políticas públicas, a avaliação de desempenho e planejamento. Ainda segundo Bonezzi e Pedraça (2008, p.12-13):

[...] a gestão pública moderna tem como fundamento um conteúdo ético, moral e legal por parte daqueles que dela participam, tendo como objetivo a crença no resultado positivo da política pública a ser implementada e na credibilidade na administração pública exercida pelos mesmos.

A Gestão Pública deve ser habilitada de instrumentos e ações capazes de dar transparência a todas as ações dos gestores públicos e da máquina pública. Neste contexto, há uma descentralização do Estado de suas ações, bem como reestruturação administrativa e uma maior responsabilização dos atores políticos.

Na Gestão Pública a intensificação de práticas de caráter gerencial enfatizam a eficácia e agilizam o planejamento e o controle de ações e serviços. Contribuindo assim para a implementação de mudanças que visem a responsabilização (*accountability*) por parte dos gestores, a fim de sanar as demandas dos cidadãos (GIACOMO, 2005).

O gestor público deve sempre primar pelos melhores resultados, pela transparência e pelo acesso as informações, de modo a tornar a estrutura administrativa menos burocrática, mais coesa e mais otimizada no que tange os recursos financeiros, matérias e humano.

Dessa maneira, os gestores precisam prestar de contas dos recursos públicos, assim o gestor tem por obrigação apresentar meio (documentos) que demonstrem efetivamente a utilização dos recursos públicos. De acordo com Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (2000, p. 36):

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Neste contexto, a LRF trouxe inovações no processo de discussão e planejamento da administração pública, fortalecendo os mecanismos de controle e transparência da aplicação dos recursos públicos, atribuindo aos gestores públicos a responsabilidade pela gestão fiscal.

Para Freitas (2011, p. 3) “A LRF busca o equilíbrio das contas públicas e uma gestão fiscal responsável. A falta de controle nos gastos públicos, [...], permite que os gestores se tornem maus administradores [...]”. A lei baseia-se em um princípio básico, não gastar mais do que se arrecada, sendo assim a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece condutas e uma maior responsabilidade para os gestores públicos.

A gestão é conduzida com base nos recursos públicos existentes, buscando-se definir, os programas a serem desenvolvidos, as metas a serem alcançadas e a transparência das ações desenvolvidas (SANTOS, 2003).

Os gestores devem agir de forma planejada e transparente, prestar contas de quanto e como gastam os recursos públicos, prevenir riscos, cumprir metas, obedecer limites e corrigir erros que possam afetar das contas públicas. Para Messagi (2010, p.19) “O planejamento é a ferramenta que proporcionará a qualquer gestor a possibilidade de determinar, organizadamente, o que se quer, como, quem e quando fazer, para atingir o maior número de benefícios à população”.

Contudo, cabe aos gestores públicos a responsabilidade de gerenciar todo o processo de planejamento de modo que suas ações atendam aos anseios da sociedade, bem como seguir os princípios constitucionais e normas impostos por leis. Consequentemente, o planejamento se tornou um instrumento imprescindível para racionalização na gestão pública, uma vez que a ação planejada é capaz de promover uma visão ampla da gestão, projetando assim ações integradas. Porém, os gestores públicos ainda necessitam desenvolver técnicas e práticas de gestão mais eficientes (o máximo de qualidade ao menor custo possível), em especial, precisam rever suas ações e comportamentos administrativos. Bem como buscar a efetividade dos serviços públicos e a utilização racional dos recursos com o menor custo possível. Faz-se necessário, portanto, que os gestores mudem seus planos e/ou projetos de cunho geralmente partidário e político e busquem parcerias que motivem a participação social e o interesse público.

Um gestor público deve ser dotado de uma visão integrada e de estratégias administrativas inovadoras. Ser habilidoso, competente e capaz de trabalhar em equipe, estimular o pensamento estratégico, otimizar a gestão, motivar seu contribuintes, ser comunicativo e saber negociar com os vários agentes que atuam nas instituições, uma vez que será provedor de serviços públicos e dos interesses coletivos.

## 2.2 PATRIMONIALISMO

Na Gestão Pública ainda é possível detectar práticas e culturas que prejudicam o bom andamento dos serviços e que ferem alguns princípios constitucionais e que não contribuem com a promoção da cidadania.

O patrimonialismo é uma destas práticas. Patrimonialismo tem seu conceito desenvolvido pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), no fim do século XIX, o termo se refere tanto à disciplina de história quanto à sociologia. Ele desenvolveu esse conceito com a finalidade de compreender uma forma específica de poder/dominação, que abrangia os campos da econômica e da sociopolítica (JÚNIOR, 2012).

A origem dessa relação em nosso país remonta à época em que o Brasil era apenas uma colônia de Portugal. Quando aqui chegaram os portugueses (colonização) trouxeram muitos costumes e culturas dentre eles o jeito de governar da metrópole. Um modelo de administrar, típico dos estados absolutistas europeus, caracterizado pela falta de distinção entre o que era público e o que era privado.

De acordo com Filgueiras (2009, p. 388):

O patrimonialismo é a mazela da construção da República, de maneira que ele não promoveria a separação entre os meios de administração e os funcionários e governantes, fazendo com que esses tenham acesso privilegiado para a exploração de suas posições e cargos.

No início do Império houve um enfraquecimento do patrimonialismo no Brasil, porém, foi exatamente nesse período que ele conseguiu atingir seu nível mais expressivo de influência nos assuntos nacionais.

Segundo Perreira (2001, p. 8) patrimonialismo significa “a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados”. O patrimonialismo se trata da incapacidade dos atores políticos em distinguir o patrimônio público de seus bens privados.

A não distinção entre o público e o privado bem como, as relações políticas e administrativas entre governantes e os governado acabam sendo de cunho privado (BRUHNS, 2012). Sendo assim os interesses particulares se sobrepõem aos interesses coletivos. Tem-se uma compreensão de que os bens e serviços públicos acabam por ser usados mais em prol daqueles que estão no poder (municipal, estadual ou federal) do que em favor do próprio cidadão. Dessa forma ainda é comum no Brasil evidenciarmos situações de patrimonialismo, principalmente nos municípios menores e afastados dos grandes centros urbanos.

Ainda para Silveira (2006, p. 18 - 19):

A herança legada do patrimonialismo em nossa formação e trazida por toda uma corrente doutrinária que entende diversas práticas desenvolvidas em nosso Estado [...] uma situação histórica adquirida das antigas estruturas coloniais implantadas na região, sendo posteriormente reproduzidas ao longo dos tempos. As conseqüências desse processo se mostram mais evidentes pela forma de burocracia ineficiente e autoritária assumida por nossas instituições públicas hodiernamente, bem como uma forma de gestão e concepção da coisa comum completamente equivocadas, que sofrem uma indevida privatização a todo momento, muitas vezes situação concebida como “natural” ou “tradicionalmente aceita”.

Portanto, não houve uma construção de um espaço público autônomo, há uma predominância dos laços tradicionais das relações familiares, adaptando estes valores para a esfera pública. Além disso, o patrimonialismo é uma cultura política que obteve fecunda receptividade na administração brasileira, sobretudo a respeito da formação de nossas instituições. Sendo assim, o patrimonialismo não é um problema exclusivo da sociedade brasileira, tampouco se trata de um desafio contemporâneo da sociedade brasileira. Ele nos



traz um estado onde as instituições, o sistema legal, as eleições e tantos outros aspectos são manipulados e/ou governados por interesses privados.

Assim há uma ausência da noção de indivíduo, como um ser receptor de direitos e de deveres. Bem como, não há um desenvolvimento (social, econômico, financeiro e sustentável) no sentido de progresso, de superação do passado, mas sim um processo histórico recorrente (SILVEIRA, 2006).

Tal fenômeno é algo circular em nossa sociedade, que até pode ser enfraquecido, mas que sempre floresce com mais força e com novas formas de privilegiar uns e excluir outros. Onde os interesses dos grupos dominantes são patrocinados pela impunidade. Este descontrole da máquina pública vem acarretando no abandono/descaso dos grupos mais desfavorecidos, ou pobres.

Ainda para Madrid (2012 p.19) “[...] o patrimonialismo dos dias atuais possui forte ligação com a extrema desigualdade e exclusão social que ocasionam a injustiça social e o abalo da própria democracia”. O patrimonialismo passa assim a ser percebido como uma fonte dos enigmas sociais e como uma ofensiva a igualdade, equidade, aos valores da justiça e democrática.

Dessa forma, onde o patrimonialismo impera, há o favorecimento de grupos específicos. Isto é, o gestor público age privatizando a coisa pública (seja imóveis, bens, recursos ou serviços) a seu favor. Essa falta de distinção entre o público e o privado por deixar a sociedade a merecer as ações a ela designadas. Assim sendo, há abertura para manutenção de sistemas clientelistas, de acomodação, de corrupção e da contínua reprodução de interesses, não prosperando na sociedade, políticas de cunho social nem os valores democráticos além de afugentar vestígios de cidadania.

### 2.3 NEPOTISMO

Nepotismo é uma prática de favorecimento dos vínculos familiares nas relações de emprego. Tal prática substitui a avaliação de mérito para o exercício da função pública. A palavra “nepotismo” deriva do latim *nepos, nepotis*. Ela surgiu para expressar as relações de concessão de privilégios. Palavra difundida em todo o mundo graças aos Papas e outras autoridades da Igreja Católica. Os quais tinham por hábito proteger seus sobrinhos e familiares próximos, dando-lhes cargos importantes, privilégios e favores dentro da Igreja uma vez que não tinham filhos (GARCIA, 2003).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, através de seus princípios (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) prega o caminho a ser seguido para a contratação de servidores no setor público. Bem como, através deste artigo, fica claro que o nepotismo é algo inconstitucional. Entretanto, quando constatado a intenção da prática, o gestor público fica sujeito à ação civil pública por ato de improbidade administrativa. O nepotismo infringe as garantias constitucionais, uma vez que estabelece privilégios em função de relações de parentesco e não de capacidade técnica para o cargo público (CNJ – Conselho Nacional de Justiça).

De acordo com a Súmula Vinculante nº 13 (STF – Supremo Tribunal Federal, 2008):

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

Com a aprovação da Súmula Vinculante nº 13 o Supremo Tribunal Federal - STF vedou o nepotismo nas três esferas de poder (Federal, Estadual e Municipal). Essa medida proibiu a contratação de parentes de Gestores Públicos e de funcionários para cargos comissionados, de confiança, e de função remunerada no serviço público. Porém, decisões judiciais posteriores, flexibilizaram a iniciativa para cargos tidos de “natureza política”, como os secretários municipais. A medida tem gerado debate no meio jurídico. De modo que, o texto da referida súmula deixou lacunas, o que possibilita aos prefeitos o atendimento de suas conveniências. Dessa forma, os gestores municipais, caso assim queira, podem preencher seu primeiro escalão só com parentes.

No entanto, isso não impede que os gestores públicos criem suas próprias leis para avigorar a proibição da prática.

Para Araujo o nepotismo no país (2009, p. 107):

[...] a prática do nepotismo é algo tradicional, pois possui seus antecedentes na administração patrimonialista. Ao contrário do que preconiza Weber, que o funcionário deve ascender ao cargo por conta de alguns princípios como o mérito e a especialização, no Brasil, o quadro administrativo do estado patrimonialista, composto por aristocratas, apenas burocratiza-se, não atendendo a alguns critérios como calculabilidade, impessoalidade, mérito,

especialização. Isso se torna mais evidente quando nos deparamos com a problemática atual dos cargos ditos de “confiança” ou de livre-nomeação, que se constituem em práticas frequentes, principalmente, nos setores públicos.

Assim na Gestão Pública a escolha dos familiares de políticos para cargos públicos ocorre muitas vezes sem qualquer preparo, ou ainda estes familiares passam em concursos públicos de credibilidade contestável, bem como, patrimônio público, bens e serviços são usados em benefício próprio ou para o financiamento de campanhas. O nepotismo é assim concebido como a prática pela qual um agente público usa de sua posição para nomear, contratar ou favorecer seus parentes, seja o vínculo por consanguinidade ou afinidade, burlando dessa maneira a impessoalidade administrativa.

O decreto nº 7.203/2010 dispõe sobre a vedação do nepotismo na administração pública federal. Ele veda aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, nomear, contratar ou designar familiar de Ministro de Estado, ainda familiar de ocupante de cargo em comissão, de confiança, de direção, chefia ou assessoramento para prover cargo comissionado ou função de confiança ou contratação temporária, de excepcional interesse público e às contratações para estágio. É permitida contratações se estas forem precedidas através de processo seletivo e que tal processo garanta o princípio da isonomia.

O nepotismo se constitui como uma afronta à profissionalização da gestão, uma vez que um gestor público dificilmente avaliará com imparcialidade o trabalho de uma pessoa que pertence à sua família ou que mantém uma relação de afinidade.

#### 2.4 CLIENTELISMO

Ao longo da história do Brasil, o clientelismo político foi preservado, de tal forma que carregamos o legado de que a entidade privada precede à pública. Para d’Avila *et al* (2004, p. 215) “[...] ao falarmos de clientelismo, estamos diante de uma herança, um resíduo de uma sociedade hierarquizada embutida dentro da sociedade moderna”. Uma herança do sistema senhorial que marcou o período colonial e que continua marcando a República brasileira, uma vez que prevalece a aliança entre os homens que ocupam posições públicas e os interesses privados. Isto é, carregamos vínculos antigos de um sistema que encarcera um projeto político autônomo, democrático de cunho popular.

Segundo Pase *et al* (2012, p. 186 - 187):

Durante a primeira república, a vitória eleitoral sempre dependeu do uso competente dessa forma de relação, que incidia sobre a distribuição de cargos oficiais, sobre a concessão de proteção e outros favores, em troca de lealdade política e pessoal. Neste período o mecanismo clientelista era acionado através do coronel, patrão ou mandão local que em razão de seu prestígio junto aos governos regional e/ou nacional tinha instrumentos para realizar aqueles favores.

Dessa forma, o clientelismo é mais um tipo de relação política existente na gestão pública, sendo esta, uma prática política de troca de favores, onde os eleitores são concebidos como clientes, ou seja, o político ou um dado partido dirige suas ações e projetos com a finalidade de prover os interesses dos indivíduos ou grupos com os quais mantém uma relação de proximidade. Por meio desta relação de troca, o político ganha os votos que busca para se eleger ou eleger os candidatos de seu grupo.

Para Carvalho (1997, p.134):

[...] clientelismo [...] De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.

Um governo pratica o clientelismo quando faz favores em troca de algo que lhe interessa, geralmente o voto. Por exemplo, um político promete remédio, dinheiro, emprego ou qualquer benefício em troca de receber apoio eleitoral. Isto acaba se tornando um meio pelo qual busca-se propagar-se por vários mandatos no poder, uma forma corrupta de se eleger, uma vez que o vivemos em uma democracia e o cidadão tem livre escolha. Porém, não é só o político que se torna corrupto, pois, ambos corrompem o direito do voto, o candidato porque compra a vontade do eleitor e este porque aceita trocar seu voto por um favorecimento qualquer.

De tal forma, o clientelismo significa, portanto, uma ação de troca entre sujeitos no qual a moeda de troca é o voto. O clientelismo tem como principal finalidade enlaçar politicamente o beneficiado. Tais favores são prestados às custas dos cofres públicos, assim como propicia o mal uso da "máquina pública", o que leva prejuízos a grande parte dos cidadãos que necessitam dos serviços públicos.

A prática do clientelismo gera uma confusão do que é de domínio público e o que é de domínio privado. Por conseguinte, os interesses pessoais tendem a ter prioridade em detrimento dos objetivos coletivos. A realidade é que ainda vivemos em um sistema

tipicamente clientelista, onde se utiliza da máquina pública em nome de benefícios privados. Uma herança de uma sociedade hierarquizada encravada dentro da sociedade moderna acompanhada pela instabilidade de suas instituições e pela desigualdade social (D'AVILA, 2004).

Assim, as elites políticas usam desta e de tantas outras práticas para evitar a competição no sistema político de forma a se manterem sempre no poder, assim, há alternância de poder entre grupos políticos, onde de uma forma ou de outra, todos buscam maximizar seus interesses. Portanto, o clientelismo se consolida como uma porta para a corrupção política, uma vez que dá origem à boa parte das irregularidades políticas e institucionais, assim como mau uso da “coisa pública”, prejudicando os cidadãos. O clientelismo permanece como uma relação política que persiste a muito tempo no Brasil moderno, mesmo tendo, teoricamente, suas origens num país agrário, atrasado e de regime oligárquico.

Dessa forma, a política pública ainda é utilizada como instrumento de relações clientelistas e de cunho personalista, assim como, as estruturas institucionais de poder também se pautam nessa relação. E conseqüentemente os serviços públicos são estabelecidos e sofrem influências de relações clientelistas. Neste cenário, o clientelismo se propaga como uma forma distorcida dos interesses republicanos. Causando danos à sociedade, uma vez que há o predomínio de determinados grupos sobre outros e assim, a estagnação do progresso ou melhoramento socioeconômico.

## 2.5 CORRUPÇÃO

A corrupção é vista como um grande problema em nações de todo o mundo. O Brasil é uma pátria que seu povo majoritariamente padece com a corrupção. Os crimes que envolvem este fato se relacionam em grande parte com desvios recursos públicos.

De acordo com o mini Aurélio - dicionário da língua português (2001, p. 189) corrupção significa: ato ou efeito de corromper; decomposição. Suborno, peita. Ou seja, ação de subornar uma ou várias pessoas em benefício próprio ou em nome de uma outra pessoa.

Já para Pimentela (2014, p. 14) “A corrupção é um fato social de origem remota e incerta. As raízes históricas do fenômeno se encontram em épocas passadas, evoluindo e se transformando até os dias atuais”.

No Brasil a corrupção de destaca em várias áreas com exemplos que demonstram como essa prática vem tornando-se cada dia mais comum.

Ainda para Gomes (2015, p. 3 *apud* Joseph Nye, 1967) “[...] a corrupção é um comportamento que se desvia dos deveres formais de um papel público por causa da sobreposição de interesses pessoais em nome de ganhos financeiros ou de status”. Sendo assim, a corrupção é definida como uso da autoridade ou poder para obter vantagens e fazer uso dos recursos públicos para atingir seus próprios interesses. A ambição dos gestores em acumular riqueza, faz com que a prática da corrupção se torne um meio para obter vantagens em determinadas situações.

Ainda para Mores (2009, p. 10):

A corrupção gera má alocação dos recursos, observando que os mesmos são escassos, o que acarreta em custos para o crescimento da economia. A sociedade como um todo é penalizada pelos atos corruptos, sem contar que tais atos são dificilmente detectados.

A corrupção afeta diretamente o bem-estar e a vida dos cidadãos, uma vez que ela propicia a diminuição de investimentos em áreas importantes como a saúde, educação, segurança, habitação e infraestrutura, aumentando a exclusão social, as desigualdades sociais, a fome e pobreza. Observa-se que em uma sociedade corrupta uma das camadas mais sacrificada é a dos mais pobres, que necessitam quase que exclusivamente e unicamente, dos serviços públicos.

A prática da corrupção pode ocorrer de várias formas de acordo com o código penal podem ser: Corrupção eleitoral - Art. 299, Advocacia administrativa – Art. 331, o Tráfico de influência - Art. 332, Corrupção passiva - Art. 317, Corrupção ativa - Art. 333, dentre outras.

No meio político-administrativo existem várias formas de corrupção como: suborno, propina, fraude, sonegação, mas a principal forma ocorre através do desvio de recursos do orçamento público (da união, dos estados ou dos municípios) destinados às diversas áreas e aos programas e projetos.

A corrupção não é um fenômeno recente, nem tipicamente brasileiro ou tampouco produto de países subdesenvolvidos. Ela esta em todo lugar em maior ou em menor proporção, sua incidência varia se levando em conta o grau de controle/punição de cada país (MADRID, 2012).

Deste jeito, a corrupção é um feito mundial, uma vez que muitos de seus aspectos podem ser observados em diversas partes do mundo. A corrupção tornou-se um problema que passa de geração em geração, pois, os cidadãos ainda a enfrentam com indiferença crendo não terem nada a ver com este fenômeno.

Neste sentido várias organizações tentam mensurar o nível de corrupção nas sociedades. Uma destas organizações é o Banco Mundial que calcula desde 1996, seis Indicadores de Governança para mais de 200 países, são eles: voz e responsabilidade, estabilidade política e ausência de violência/terrorismo, eficácia do governo, qualidade normativa, regime de direito e controle da corrupção, onde é possível saber, por exemplo, o ICC (Índice de Controle da Corrupção).

O Brasil é um país que seu povo tem sofrido continuamente pelo mal da corrupção, uma vez que são rotineiras as denúncias de desvios de verbas públicas e os escândalos que envolvem o dinheiro público. Por exemplo:

✓ **Mensalão** - conhecido como esquema de compra de votos de parlamentares, ocorrido entre 2005 e 2006, deflagrado no primeiro mandato do governo Lula, deixou um rombo de 55 milhões para o nosso país. Entre os acusados, além dos parlamentares estão dirigentes do Banco Rural, ex-ministros, e o publicitário e empresário Marcos Valério. José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil é apontado como chefe do esquema. Para Miguel e Coutinho (2007, p. 98) “[...] pretendo esquema de propinas pagas regularmente a parlamentares federais, com dinheiro público desviado, para que votassem a favor do governo”.

✓ **Operação Lava Jato** - um esquema de propinas que envolve a Petrobrás (entre os anos de 2004 a 2014), este esquema de lavagem de dinheiro movimentou ilegalmente cerca de 10 bilhões de reais (partes destes recursos foram desviados e repassados para a base aliada do governo). Este foi o maior escândalo e descaso com o dinheiro público do país, e eleito o segundo maior caso de corrupção do mundo segundo uma pesquisa realizada em 2016 pela ONG Transparência Internacional. Grandes empreiteiras, como a OAS, Camargo Corrêa, Odebrecht, organizavam-se em forma de cartel. As propinas que variavam entre 1% a 5% do total de contratos bilionários eram pagas aos executivos da Petrobras e a outros agentes públicos. O esquema se difundia através de operadores financeiros do esquema, incluindo pessoas que faziam a negociação de moedas estrangeiras como o dólar (doleiro) (BARROS, 2015).

✓ **Carne Fraca** – foi um esquema que envolveu funcionários do Ministério da Agricultura em Minas Gerais, Goiás e no Paraná que recebiam propina para liberar carnes impróprias para o consumo humano para comercialização sem nenhuma fiscalização. As irregularidades envolveram o uso de produtos químicos (excesso de ácido ascórbico) para disfarçar a carne vencida, carcaças de animais e adição de água e papelão para o aumento do peso dos produtos. Empresas renomadas como a JBS (Friboi, e outras marcas) e a BRF (Sadia, Perdígão e Seara) fazem parte dos frigoríficos investigados. Mais um escândalo de

um esquema que envolve grandes empresários (agronegócio) e partidos políticos. (JUSTI e VIANNA, 2017).

Sobre a corrupção no Brasil, Filgueiras (2009, p.388) considera que “[...] é um tipo de prática cotidiana, chegando mesmo a ser legitimada e explícita no âmbito de uma tradição testamental e tradicional herdada do mundo ibérico”. A corrupção na política é algo repetido na história do Brasil.

Com a finalidade de efetivar a moralidade administrativa e evitar a corrupção, foram formulados diversos instrumentos de combate à corrupção, tais como a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), o Código Penal, as leis que abrangem os crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079/1950 e Decreto-Lei nº 201/1967), a LC nº 135/2010 (“Lei da Ficha Limpa”), que alterou a LC nº 64/1990. A lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular (1.604.815 de assinaturas) traz alterações relevantes no que tange a inelegibilidades. Com esta lei, durante o processo eleitoral, os candidatos são analisados quanto a sua elegibilidade e inelegibilidade, sendo que somente aqueles que apresentam condições favoráveis à função pública podem submeter - se ao crivo do eleitor.

Já no que se refere à transparência dos gastos públicos existem a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), que facilita o acesso às informações públicas e dá prazo de até 30 dias para resposta e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência), que obriga as prefeituras a colocarem suas contas em portais governamentais, na internet (Lei Complementar 131/09).

Apesar de tantos mecanismos contra a corrupção o Brasil ainda é umas das nações mais corruptas do mundo, isto é o que diz uma pesquisa realizada pelo Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum) divulgada em 2016. Segundo o índice de corrupção do Fórum Econômico Mundial o Brasil é a quarta nação mais corrupta do mundo. Os dados foram do ano de 2016 e são baseados em uma pesquisa com 15.000 líderes empresariais de 141 economias do mundo. O índice leva em conta uma escala de um a sete, em que, quanto maior a nota, maior é a transparência. O país fica atrás apenas do Chade, da Bolívia e da Venezuela, que lidera o *ranking* da corrupção. Dentre as 10 nações mais corruptas do ranking, cinco são latino-americanas: em 1º lugar a Venezuela com nota 1,7; em 2º lugar a Bolívia, com 2; em 3º lugar o Brasil e Paraguai, com 2,1; e em 4º lugar a República Dominicana, com 2,2 (ALTAMIRANO, 2016).



### 2.5.1 Jeitinho Brasileiro

A cultura política brasileira também nos traz o “jeitinho brasileiro”, essa expressão é uma forma cultural e criativa para se obter um resultado sem infringir uma norma, regra ou até a própria lei, ou seja, uma forma de burlar certas determinações.

De acordo com Barroso (2017, p. 04):

Na sua acepção mais comum jeitinho identifica os comportamentos de um indivíduo voltados à resolução de problemas por via informal, valendo-se de diferentes recursos, que podem variar do uso do charme e da simpatia até a corrupção pura e simples. Em sua essência, o jeitinho envolve uma pessoalização das relações, para o fim de criar regras particulares para si, flexibilizando ou quebrando normas sociais ou legais que deveriam se aplicar a todos.

Sendo assim o jeitinho caracteriza-se como é um traço histórico-cultural brasileiro. O formalismo (distinção entre as normas prescritas legalmente e as atitudes concretas tomadas quando de sua real implementação) é uma das causas do jeitinho já que em nosso país, boa parte de órgãos públicos demandam demasiadamente da burocracia e/ou lentidão para prestar um serviço, bem como, as estruturas (políticas, sociais e econômicas) da sociedade brasileira passam por processos de efetivação.

Diante disso, os brasileiros desenvolveram uma capacidade incrível de improvisação e a criatividade para driblar algumas determinações impostas (leis, regras, normas) uma forma engenhosa de agir corruptamente para obter benefícios pessoais (MOTTA; ALCADIPANI, 1999).

Assim, para muitos brasileiros não declarar Imposto de Renda, falsificar carteirinha de estudante ou um documento, ou até mesmo furar uma fila, não são consideradas como atitudes erradas. “[...] o jeitinho promove uma homogeneização positiva, anulando diversidades internas, enfatizando as qualidades do “povo” brasileiro” (BARLACH, 2013, p. 234).

Com isso, se torna comum solicitar um favor ou pedir a alguém para “quebrar um galho”, ou dar um “jeitinho”. Estas relações pessoais expressam a falta de impessoalidade na prestação de um serviço, seja no setor público ou no privado.

Ainda segundo Motta e Alcadipani (1999, p. 7) “no Brasil, os interesses pessoais são tidos como mais importantes do que os do conjunto da sociedade, ocasionando falta de coesão na vida social brasileira”.

Em suma, o “jeitinho brasileiro” se difundiu na sociedade brasileira, nas suas características e na função que ele exerce na vida das pessoas. O “jeitinho brasileiro” pode ser compreendido de forma mais clara e abrangente, como sendo uma tática que visa à resolução de problemas, de profissionais despreparados, de instituições ineficientes e do Estado, ela abrange a criatividade, a corrupção e a quebra de normas e visa um benefício pessoal.

## 5 METODOLOGIA

O presente trabalho objetiva analisar o impacto das práticas e culturas dos gestores públicos para a Gestão Pública e descrever as vantagens de uma gestão pública eficiente, transparente e responsiva. A pesquisa é de caráter descritivo e exploratório. Quanto aos procedimentos sistemáticos para a descrição dos fatos em estudo se preconizou a abordagem de cunho quanti-qualitativa.

Para alcançar o objetivo proposto, inicialmente, foram utilizados para auxílio da construção do referencial teórico, instrumentos como: vídeos, livros, artigos, *sites* e monografias, dentre outros meios que visam à contextualização da questão em estudo. Os principais autores utilizados foram: Motta, 1999; Bonezzi e Pedraça, 2013; Carvalho, 1997; Filho e Jorge, 2004, dentre outros.

Com a revisão bibliográfica pretendeu-se, primeiramente, desenvolver um levantamento empírico sobre o tema, definindo as práticas e culturas dos gestores públicos prejudiciais para a gestão pública com suas referidas conceitualizações e características.

Além do levantamento bibliográfico, o referido trabalho direcionou-se à obtenção de dados primários, por meio de questionários, aplicados no período de junho a julho de 2017, com moradores de Caraúbas – PB, município localizado na microrregião do cariri oriental do estado da Paraíba. O município foi criado pela Lei Estadual n.º 5.932 de 29 de abril de 1994.

De acordo com o IBGE (2010), no ano de 2010 sua população era estimada em 3.899 habitantes. O município de Caraúbas localiza-se entre os municípios paraibanos de Congo, Coxixola, São João do Cariri, São Domingos do Cariri, Barra de São Miguel e o Estado do Pernambuco (Jataúba e Santa Cruz do Capibaribe).

Na seção descritiva deste trabalho, buscou-se realizar uma entrevista com a aplicação de um questionário semiestruturado, onde se buscou observar as ações efetivas da gestão local, suas práticas e/ou costumes administrativos e as disparidades a respeito do tema. Dessa forma definidos o cinco (5) grupos de estudos: funcionários públicos municipais - Grupo 1 (G1), funcionários públicos estaduais - Grupo 2 (G2), estudantes do ensino médio - Grupo 3 (G3), estudantes o ensino superior - Grupo 4 (G4) e a sociedade civil - Grupo 5 (G5).

A amostra foi definida pela acessibilidade, sendo assim, foi estabelecida uma meta de 15 pessoas por grupo, totalizando 75 pessoas. O questionário aplicado contém 10 perguntas, abertas e fechadas - sim ou não, ou de múltipla escolha - (conforme apêndice I) voltadas, especificamente, para os temas em questão e buscando assim, considerando a visão

da sociedade, verificar os possíveis danos de tais práticas para a gestão pública e para a sociedade daquele município.

A metodologia supracitada possibilitou avaliar se as práticas elencadas (patrimonialismo, clientelismo, nepotismo e corrupção) ainda estão presentes na gestão da coisa pública no município de Caraúbas - PB. Além disso, viabilizou a mensuração de possíveis prejuízos causados à gestão, como também visou salientar a relevância de uma gestão pública pautada na eficiência, na transparência e na responsividade.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse capítulo trará primeiramente a caracterização do público entrevistado. Na sequência serão apresentados os dados da pesquisa com base no que foi coletado através da entrevista e do questionário (apêndice I) e conseqüentemente a discussão e análise dos dados.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ENTREVISTADO

Os resultados foram obtidos a partir dos questionários aplicados tanto na zona urbana como na zona rural, com a finalidade de analisar o impacto das práticas de patrimonialismo; nepotismo; clientelismo; corrupção para a gestão pública. A fim de responder ao objetivo proposto, os questionários foram aplicados em 5 (cinco) grupos distintos:

- **Grupo 1 (G1)** – Funcionários Públicos Municipais – representado nos Quadros e Figuras, pela cor amarela, grupo formado tanto por funcionários efetivos como contratados e por cargos comissionados. Tanto da zona rural quanto na urbana, onde foram visitados funcionários em escolas, postos de saúde, secretarias municipais, bem como na própria casa de alguns servidores. Dentre os entrevistados, estão professores, técnico de enfermagem, auxiliar de serviços gerais, merendeiras, secretários municipais, agentes administrativos e agentes da vigilância sanitária.
- **Grupo 2 (G2)** - Funcionários Públicos Estaduais – destacado nos quadros e figuras pela cor laranja, neste grupo formam entrevistados tanto o pessoal efetivo como os contratados, sendo que todos os funcionários deste grupo, trabalham no colégio estadual Coronel Severiano de Farias Castro, uma vez que esta é a única instituição do estado no município de Caraúbas. Em meio aos entrevistados estão prestadores de serviços, auxiliares de serviços gerais, porteiros, pessoal da secretaria, diretor e professores.
- **Grupo 3 (G3)** - Estudantes do Ensino Superior - representado nos Quadros e Figuras, pela cor verde, neste grupo os questionários foram aplicados tanto com alunos que moram na zona rural quanto aqueles residentes na zona urbana. Foi abordado tanto alunos de instituições públicas (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Instituto Federal da Paraíba - IFPB) como privadas (Faculdade Mauricio de Nassau, Universidade do Vale do Acaraú - UVA, Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, Universidade Cândido Mendes - UCAMPROMINAS), dentre os cursos em estudo estão alunos de pedagogia,

biomedicina, educação no campo, engenharia de produção, nutrição, engenharia, educação física e letras.

- **Grupo 4 (G4)** - Estudantes do Ensino Médio - salientados nos Quadros e Figuras, pela cor lilás, este grupo é constituído por alunos do colégio estadual Coronel Severiano de Farias Castro, por ser a única instituição do município de Caraúbas que oferta ensino médio. Os alunos moram tanto na cidade como no sítio, dentre os entrevistados estão alunos do 1º, 2º e 3º grau do ensino médio.
- **Grupo 5 (G5)** - Sociedade Civil – destacado nos Quadros e Figuras, pela cor azul, este grupo é composto por vários profissionais e/ou indivíduos da sociedade. Dessa forma, foram entrevistados tanto cidadãos da zona rural quanto urbana. Dentre cidadãos estão costureira, pescadores, donas de casa, beneficiários do bolsa família, manicures, pedagogos, aposentados, jovens estudantes, vendedor, funcionários do setor privado, médico e comerciante.

#### 4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

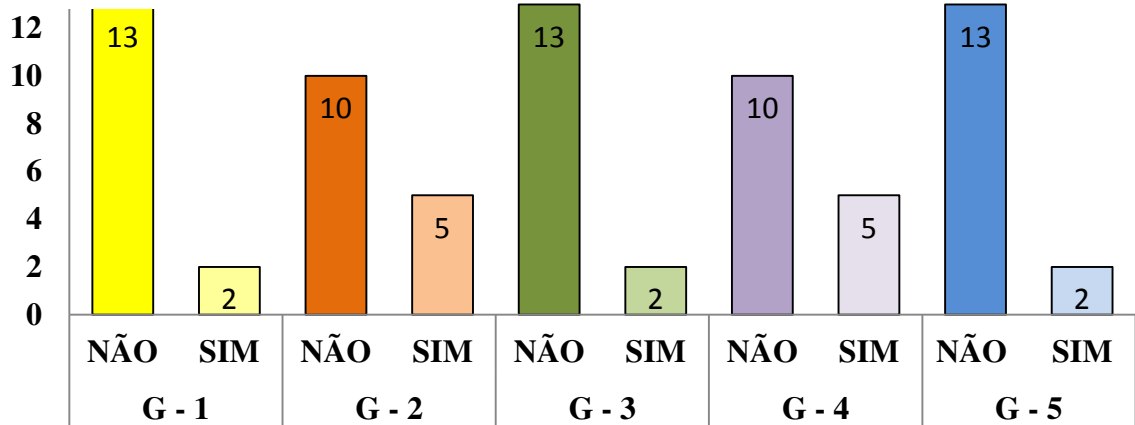
Esse capítulo tem por objetivo analisar e detalhar os dados coletados no decorrer da pesquisa. O tema em questão foi pesquisado na população do município de Caraúbas – PB.

Os dados serão apresentados de acordo com a sequência das perguntas do questionário (apêndice I).

A 1ª pergunta, Figura 1, questiona se o entrevistado considera certo que servidores públicos utilizem-se de carros, telefone, materiais e/ou serviços para benefício próprio. É possível analisar que 78,66% dos entrevistados (considerando os respondentes de todos os grupos) não acham certo que funcionários de entes públicos utilizem-se de recursos públicos para fins próprios.

**FIGURA 01 - Utilização de carros, telefone, materiais e/ou serviços para benefício próprio**

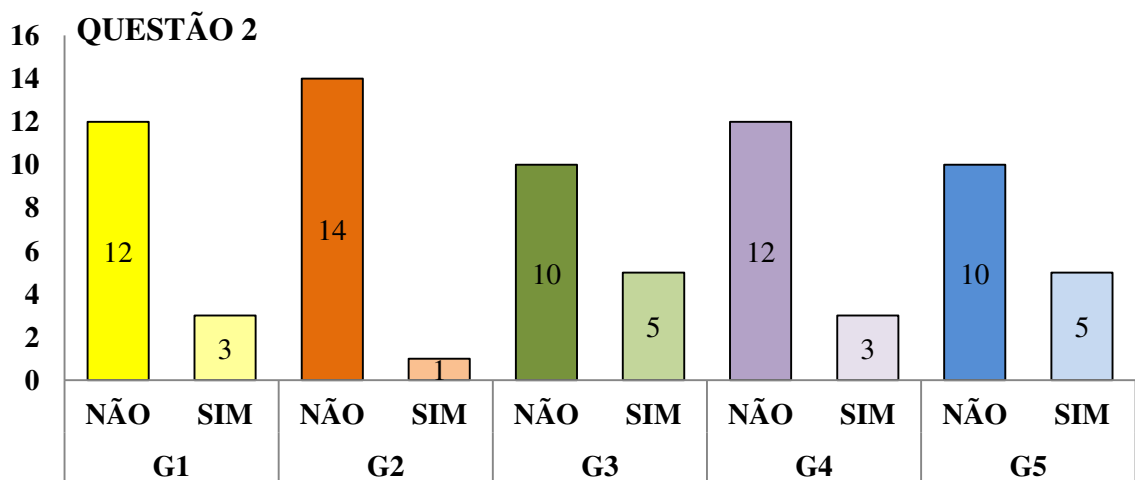
**1. QUESTÃO 1**



Fonte: Elaboração própria, (2017).

Já a 2ª questão, Figura 2, perguntou se o entrevistado acha certo que gestores públicos contratem seus familiares (sem concurso) para trabalhar em órgãos públicos. Considerando a resposta de todos os grupos, cerca de 77,33% dos entrevistados responderam que não acham certo gestores colocarem familiares sem concurso, como mostra a Figura 02 abaixo. No Grupo 2, representado pela cor laranja, destaca-se que 14 pessoas não concordam com tal prática, bem como nos demais grupos no máximo 5 pessoas (grupos G3 e G5) concordam com essa prática.

**FIGURA 02 - Gestores públicos colocam seus familiares (sem concurso) para trabalhar em órgãos públicos**



Fonte: Elaboração própria, (2017).

A 3ª questão, Quadro 01, indaga se as pessoas concordam ou discordam com os gestores públicos municipais, estaduais ou federais favorecerem grupos de pessoas específicos e o por quê. De acordo com as respostas dos grupos, cerca de 93,33% dos entrevistados não concordam em priorizar algumas pessoas em detrimento de outras. Vale lembrar que nos grupos G1 e G3 todos os pesquisados não concordam com tais ações. Quando questionados sobre o por quê, a maioria das respostas envolvia a questão que todos somos iguais, temos os mesmos direitos, e que a gestão deve tratar todos sem distinção. Já os entrevistados que concordam são no máximo 3 pessoas (grupo G4), enquanto os grupos G2 e G5 apenas 1 (uma) pessoa concorda. Quando questionados o motivo de concordarem as respostas foram que cada um tem os seus, não sei ou simplesmente acha certo.

**QUADRO 01 - Questão 3 - Gestores públicos e favorecimento grupos específicos**

	G - 1		G - 2		G - 3		G - 4		G - 5	
	CONCOR-DO	DISCORDO	CONCOR-DO	DISCORDO	CONCOR-DO	DISCORDO	CONCOR-DO	DISCORDO	CONCOR-DO	DISCORDO
<b>QUESTÃO 3</b>		15	1	14		15	3	12	1	14
		DEVE SERVIR A TODOS	NÃO SEI	AJEITAR A TODOS		TEMOS OS MESMOS DIREITOS	NÃO SEI	E UMA FORMA CORRUPTA	SO ACHO QUE É CERTO	E DESIGUAL
		TODOS SOMOS IGUAIS		E ERRADISSIMO		TODOS SÃO IGUAIS	CADA UM TEM OS SEUS	TODOS SÃO IGUAIS		PARA TODOS
		E DESIGUAL		GERA DESIGUALDADE		FALTA DE EQUIDADE		ISSO É INJUSTO		SERVIA A POPULAÇÃO
		TODOS DEVEM SER CONTRATADOS POR SUA CAPACIDADE E		TODOS TEMOS DIREITOS IGUAIS		OS ORGÃOS PÚBLICOS NÃO SÃO PROPRIEDADE DO GESTOR		OS GESTORES TEM QUE FAVORECER A TODOS		OS DIREITOS SÃO IGUAIS
		A GESTÃO PÚBLICA TEM POR OBRIGAÇÃO O SERVIR A TODOS POR IGUAL		SE FAVORECER "A" OU "B" N O PAIS JAMAIS HAVERA DESENVOLVIMENTO		O GESTOR DEVE SERVIR A TODOS		O GESTOR DEVE TRATAR TODOS POR IGUAL		DESIGUALDAD E SOCIAL
		O GESTOR É PARA FAVORECER A TODOS		TODOS TEM OS MESMOS DIREITOS		A GESTÃO PÚBLICA DEVE SERVIR A COLETIVIDADE				EXCLUI OS MAIS NECESSITADOS
		OS DIREITOS SÃO IGUAIS		NÃO DEVE HAVER DESTINÇÃO DEVE-SE PRIORIZAR A FORMAÇÃO		TIRA DIREITOS		NÃO SEI / NÃO QUERO OPINAR		
					TRATAR TODOS IGUALMENTE					

Fonte: Elaboração própria, (2017).

Sobre a 4ª questão, Quadro 2, aborda-se se a gestão Municipal, Estadual e Federal sofre pelo mal da corrupção em seus atos e como isso ocorre. É notável que todos os grupos destacam que a gestão pública sofre com a corrupção, ou seja, cerca de 84% dos entrevistados. Nos grupos G3 (verde) e G5 (azul) todos os entrevistados detectaram que a



gestão pública padece com a corrupção. Enquanto nos grupos G1 (amarelo) 5 pessoas dizem não haver esses problemas entre corrupção e a gestão pública, no G2 (laranja) 3 pessoas dizem não haver e no G4 (lilás) 4 pessoas afirmam não haver sofrimento da gestão pública pelo mal da corrupção, ou seja, cerca de 16% dos pesquisados acham que a gestão pública não sofre com a corrupção. Já quando interrogados, como esse fato ocorre, a grande maioria das respostas envolvem desvio de recursos financeiros, superfaturamento de obras ou serviços, vantagens para grupos específicos, questões que envolvem patrimonialismo, não sabem ou não opinaram.

**QUADRO 02 - Questão 4 - A gestão públicas e corrupção**

QUESTÃO 4	G-1		G-2		G-3		G-4		G-5	
	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
	5	10	3	12		15	4	11		15
	SUPER FATURAMENTO DE OBRAS		DESvio DE VERBAS		SUPERFATURAMENTO DE OBRAS		NÃO SEI / NÃO SEI OPINAR		DESvio DE VERBAS/ DINHEIRO	
	DESvio DE VERBAS/DINHEIRO		NÃO SEI / NÃO QUERO OPINAR		DESvios DE RECURSOS/DINHEIRO		NÃO QUERO OPINAR		POLITICOS CORRUPTOS	
	A POPULAÇÃO É QUEM SOFRE COM ATOS CORRUPTOS		FAVORECEM GRUPOS ESPECIFICOS		DA PRIORIDADE A INTERESSES PARTICULARES		COMPRA DE VOTO		PATRIMONIALISMO	
	EXCESSO DE GRATIFICAÇÕES		DEIXANDO DE INVESTIR EM AREAS PRIORITARIAS		COLOCAR FAMILIARES EM ALTOS CARGOS E FAVORECER GRUPOS ESPECIFICOS		CAUSANDO MAL A SOCIEDADE		POLITICAS PÚBLICAS DESFOCADAS	
	TIRAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS A SOCIEDADE		MAL ANDAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS		RETIRADA DE DIREITOS COMO EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, SAÚDE E ACESSIBILIDADE		IMPEDE O BOM ANDAMENTO DOS SERVIÇOS		NEPOTISMO	
	FAVORECEM GRUPOS		NÃO TEM RESPEITO PELAS NOSSAS LEIS		CONTRATAÇÕES EXAGERADAS		NEPOTISMO		BENEFICIAR GRUPOS ESPECIFICOS	
	NÃO SEI / NÃO QUERO OPINAR		DEIXAM DE BEM SERVIR A POPULAÇÃO		OS SERVIÇOS NÃO ATENDEM O QUE PROPÕEM		UTILIZAÇÃO INRRÉGULAR DE BENS E SERVIÇOS		NÃO SEI / NÃO QUERO OPINAR	
					DIFICULTAR A PROMOÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS		DESvio DE DINHEIRO			

Fonte: Elaboração própria, (2017).

Já na 5ª questão, Quadro 3, é interrogado se o pesquisado identifica pessoas obtendo algum tipo de regalia ou privilégio na gestão pública na esfera Municipal, Estadual ou Federal e quem recebe tais regalias. Em todos os grupos foi possível perceber que mais da metade, isto é, cerca de 81,33% dos entrevistados identificam grupos tendo vantagens. Nos grupos G3 e G5 todos os entrevistados identificam possíveis regalias. Dentre os privilegiados destacam-se a família dos gestores, parentes, amigos e aliados (grupo político), quem tem mais

condições ou aqueles que são mais ricos, vereadores, senadores e deputados, não sei / não quero opinar.

Algumas pessoas preferiram não responder ou disseram não saber quais pessoas tem se beneficiado, apenas disseram que identificam. Apenas cerca 18,66%, dizem não identificar grupos recebendo vantagens na administração pública.

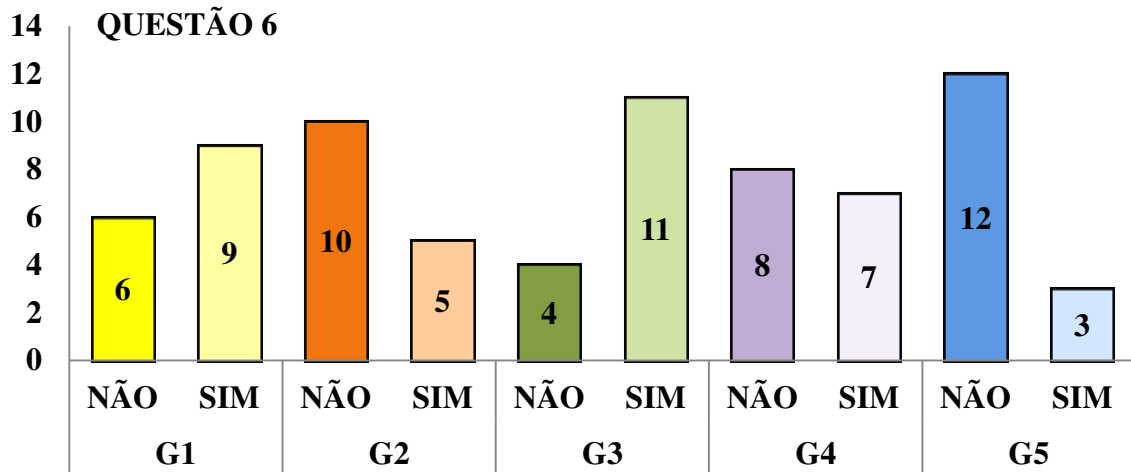
### QUADRO 03 - Grupos identificados pelos entrevistados como detentores de regalias na gestão pública

G1		G2		G3		G4		G5	
NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
6	9	2	13	0	15	6	9	0	15
	GRUPO POLITICO		FAMILIARES DO GESTOR		FAMÍLIA DO GESTOR		QUEM TEM MAIS CONDIÇÃO		FAMÍLIA DO GESTOR
	PARENTES E AMIGOS DO GESTOR		PESSOAS PROXIMAS		PARENTES E AMIGOS		GRUPO POLITICO		PARENTES DO GESTOR
	FAMILIADO GESTOR		OS GOVERNANTES		OS MÉDICOS		PARENTES E AMIGOS		BABÕES
	PESSOAL CONTRATADO E EM COMISSÃO		ACHEGADOS AOS POLITICOS		OS DEPUTADOS E SENADORES		QUEM TA NA SITUAÇÃO		ALIADOS POLITICOS
	SEUS ALIADOS		NÃO SEI / NÃO QUERO OPINAR		ALIADOS DO GRUPO POLITICO		FAMILIA DO GESTOR		VEREADORES DO PREFEITO
	NÃO SEI/ NÃO QUERO OPINAR				NÃO SEI / NÃO QUERO OPINAR		NÃO SEI / NÃO QUERO OPINAR		OS MAIS RICOS

Fonte: Elaboração própria (2017).

Na 6ª questão, Figura 3, foi questionado se gestão a Municipal, Estadual ou Federal tem contribuído para o bom andamento dos serviços públicos, melhoria da qualidade de vida local e para a promoção da cidadania. Dos entrevistados cerca de 53,33% dizem não ter melhorias. Em torno de 26,66% dos entrevistados dizem ter havido melhoria, sendo que os grupos G1 (amarelo) e G3 (verde) são os únicos grupos que dizem ter melhorias. Já os grupos (laranja) e G5 (azul) dizem não ter havido melhorias. E o grupo G4 (lilás) foi o mais equilibrado nas respostas, uma vez, que 8 pessoas dizem existir melhorais e 7 pessoas dizem não ter havido melhorias.

**FIGURA 03 - Questão 6 - A gestão pública e o bom andamento dos serviços públicos, melhoria da qualidade de vida local e promoção da cidadania**



Fonte: Elaboração própria (2017).

Já a 7ª questão, Quadro 4, discorre o que o entrevistado entende sobre a expressão “jeitinho brasileiro” na administração pública e qual sua contribuição para o desenvolvimento de uma gestão pública com excelência. Assim, foram elencadas 4 (quatro) alternativas com resposta, letra a) dificulta, b) ajuda, c) não influência e d) não sei. Cerca de 69,33% dos entrevistados escolheram a opção a) dificulta, ou seja, que o jeitinho dificulta o desenvolvimento na gestão pública. Bem como, 18,66% dizem não saber (letra “d”). Vale salientar que apenas no G4 as pessoas optaram pela opção “C”, isto é, não influência.

**QUADRO 04 - “Jeitinho brasileiro” na administração pública**

QUESTÃO 7	G1			G2			G3		G4			G5	
	DIFICULTA	AJUDA	NÃO SEI	DIFICULTA	AJUDA	NÃO SEI	DIFICULTA	NÃO SEI	DIFICULTA	NÃO INFLUÊNCIA	NÃO SEI	DIFICULTA	AJUDA
	9	2	4	12	2	1	12	3	5	4	6	14	1

Fonte: Elaboração própria (2017).

Na 8ª questão, Quadro 05, é investigado se a sociedade tem contribuído para reduzir as práticas corruptas ou tem colaborado e alimentado práticas de nepotismo, clientelismo,

corrupção e patrimonialismo. Em todos os grupos mais de 72% dos entrevistados dizem que a sociedade não tem contribuído para reduzir as práticas corruptas, e sim, tem alimentado tais práticas. Apenas o grupo G4 apresenta um maior número de pessoas que dizem que há uma contribuição por parte da sociedade para minimizar tais práticas, cerca de 8% dos entrevistados.

**QUADRO 05 – Contribuição da sociedade para diminuir as práticas corruptas**

QUESTÃO 8	G1		G2		G3		G4		G5	
	TEM CONTRIBUIDO	NÃO TEM	TEM CONTRIBUIDO	NÃO TEM	TEM CONTRIBUIDO	NÃO TEM	TEM CONTRIBUIDO	NÃO TEM	TEM CONTRIBUIDO	NÃO TEM
	4	11	3	12	4	11	6	9	4	11

Fonte: Elaboração própria (2017).

A 9ª questão, Quadro 6, levanta o questionamento sobre o que o interrogado entende por nepotismo. A questão apresenta 3 (três) opções: atitudes que enfraquecem o mérito e a imparcialidade na gestão pública; uma ajuda do gestor para pessoas específicas; não sei o que significa essa expressão. Bem como um campo para observações. Cerca de 49,33% dos entrevistados identificaram o nepotismo como uma ajuda do gestor para pessoas específicas, sendo esta a opção mais escolhida pelos grupos G1, G2 e G5. Já no grupo G3 a opção mais escolhida pelas pessoas foi que a expressão significa atitudes que enfraquecem o mérito e a imparcialidade na gestão pública. Cerca de 33,33% dos entrevistados optaram pela opção não sei o que significa a expressão. O grupo G4 foi o único grupo escolheu a opção não sei o que significa essa expressão. Bem como, nenhum dos entrevistados quem fazer observações a sobre o tema.

**QUADRO 06 – O que significa nepotismo?**

QUESTÃO 9	G1			G2			G3			G4			G5	
	AJUDA O GESTOR...	ATTITUDES ENFRQUECE A GESTÃO PÚBLICA...	NÃO SEI	AJUDA O GESTOR...	ATTITUDES ENFRQUECE A GESTÃO PÚBLICA...	NÃO SEI	AJUDA O GESTOR...	ATTITUDES ENFRQUECE A GESTÃO PÚBLICA...	NÃO SEI	AJUDA O GESTOR...	ATTITUDES ENFRQUECE A GESTÃO PÚBLICA...	NÃO SEI	AJUDA O GESTOR...	NÃO SEI
	10	1	4	10	3	2	5	7	3	3	2	10	9	6

Fonte: Elaboração própria, (2017).

A 10ª questão, Quadro 7, discorre sobre o que fazer para melhorar a gestão pública e reduzir as práticas de corrupção. Esta questão visou saber o que é possível fazer na visão dos entrevistados para diminuir e/ou extinguir práticas corruptas na gestão pública, assim como, consolidar uma gestão mais justa, transparente, eficiente e responsiva. Contudo, é possível perceber que na maioria, as respostas se voltam para a situação que se encontra nosso país no que tange a corrupção. As respostas mais comuns foram: reforma geral da gestão pública, punição severa para os corruptos, tirar os políticos corruptos, efetividade da lei da ficha limpa, saber escolher nossos representantes, maior fiscalização, mais conscientização do valor do voto, mais investimentos na educação, gestão honesta e transparente, políticas públicas voltadas para a sociedade e realizar concurso público.

**QUADRO 07: O que fazer para melhorar a gestão pública e reduzir as práticas de corrupção?**

<b>G1</b>	<b>G2</b>	<b>G3</b>	<b>G4</b>	<b>G5</b>
AGILIZAR PROCESSOS REALIZAR CORTES E GASTOS PARA COMBATER O DESVIO DE DINHEIRO	TRABALHAR COM TRANSPARÊNCIA E VER A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO DE MODO GERAL	COLOCAR DE FATO EM PRÁTICA A LEI DA FICHA LIMPA	OS GESTORES TEM DE SER HONESTOS E ORGANIZAR O TRABALHO	NÃO TEM JEITO SEMPRE VAI EXISTIR A CORRUPÇÃO
CONSCIENTIZAÇÃO NA HORA DE VOTAR E NÃO SE CORROMPER	DEVE-SE FISCALIZAR E EXIGIR MAIS DE NOSSOS REPRESENTANTES	PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	MAIOR RIGIDEZ NAS LEIS E PUNIÇÃO PARA OS CORRUPOTOS	SOLTAR UMA BOMBA NO SENADO E NO CONGRESSO
NÃO VOTAR EM CORRUPOTOS COBRAR MAIOR TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES DOS GESTORES	MAIOR FISCALIZAÇÃO, COBRANÇA E PROCURAR FAZER O QUE É CORRETO	PUNIÇÃO SEVERA PARA OS CORRUPOTOS REALIZAR MAIS CONCURSO PÚBLICO	OS GESTORES SE DEDICAREM AO MÁXIMO PARA ATENDER A POPULAÇÃO	MAIOR EFETIVIDADE DA FICHA LIMPA
MELHOR ESCOLHER OS REPRESENTANTES	TIRAR OS POLÍTICOS CORRUPOTOS	ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA EFETIVAMENTE FISCALIZAR E PARTICIPAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	OS GESTORES TEM QUE SER FICHA LIMPA	MAIOR PUNIÇÃO / LEIS MAIS RIGOROSAS
REFORMA GERAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	MAIOR CONTROLE DOS ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO EM TODAS AS ESFERAS	POR PESSOAS QUALIFICADAS NA GESTÃO PÚBLICA	NÃO TER TANTOS PARENTES DE GESTORES EM CARGOS PÚBLICOS, EM ESPECIAL OS DE ALTO ESCALÃO	GESTÃO TRANSPARENTE E HONESTA
PUNIÇÃO SEVERA PARA OS CORRUPOTOS	REDUZIR A QUANTIDADE DE GESTORES PÚBLICOS	REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO PAÍS	INVESTIR MAIS NA EDUCAÇÃO	MUDANÇA GERAL
FIM DA REELEIÇÃO	CONCURSO PÚBLICO	CIDADÃO MAIS PARTICIPATIVO	MELHOR ESCOLHER EM QUEM VAMOS VOTAR	PUNIR OS CORRUPOTOS / PRENDER
FIM DE DESTINÇÃO ENTRE GRUPOS POLÍTICOS	TRABALHAR MAIS COM TRANSPARÊNCIA	FISCALIZAÇÃO MAIS INTENSA DOS ÓRGÃO PÚBLICOS	AS PESSOAS SE CONSCIENTIZAREM DE SEU ERROS E SEREM MAIS HONESTAS	MELHOR ESCOLHER OS REPRESENTANTES
MAIOR PARTICIPAÇÃO POPULAR	MAIOR PUNIÇÃO PARA OS CORRUPOTOS	FISCALIZAR MAIS	MUDANÇA GERAL NO PAÍS	TIRAR OS CORRUPOTOS DO PODER
GOVERNANTES QUE GOVERNEM PARA A POPULAÇÃO E NÃO EM BENEFÍCIO PRÓPRIO	POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SOCIEDADE, PARA OS MAIS NECESSITADOS EM TODOS OS SEGUIMENTOS ECONÔMICOS	MAIOR CONSCIENTIZAÇÃO DO VALOR DO VOTO		NOSSOS REPRESENTANTES DEFENDER DE FATO O POVO
ACABAR COM O NEPOTISMO	AVANÇO NAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO E PUNIÇÃO A POPULAÇÃO SE MANIFESTAR CONTRA AS PRÁTICAS CORRUPITAS, UNIR FORÇAS	COBRAR MAIS DE NOSSOS REPRESENTANTES GESTORES APTOS PARA O CARGO	NÃO QUERO OPINAR / NÃO SEI	MAIS INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO E EM NOSSOS JOVENS

Fonte: Elaboração própria, (2017).

Dessa maneira é possível notar que as que o município de Caraúbas ainda apresenta heranças históricas da sociedade brasileira por meio de prática como nepotismo, clientelismo e patrimonialismo. Vale salientar que a gestão do município sempre esteve praticamente nas mãos de um único grupo político.

É evidente que a população (entrevistados) em grande maioria (mais de 77%) não concordam com mistura do público/privado. Assim como, não acham correto o gestor contratar pessoal para trabalhar na prefeitura sem concurso público. Nem tão pouco acham certo favorecer grupos específicos. Mas identificam grupos seletos recebendo privilégios ou regalias.

No que tange a corrupção muitos dizem existir, mas em alguns casos não sabem dizer como ela se dá. Já no que se refere a melhoria da qualidade de vida uma minoria diz que a gestão tem contribuído para o bom andamento dos serviços e promoção da cidadania.

As pessoas caracterizam que o jeitinho brasileiro dificulta o desenvolvimento de uma gestão por excelência. Do mesmo modo que, dizem que a sociedade em pouco tem contribuído para reduzir as práticas danosas a Gestão Pública. Tal como, muitos dos entrevistados não tem muito entendimento do que se tratam tais práticas (por exemplo, nepotismo), sendo necessário fazer a algumas definições prévias a cerca do tema. E quando questionados sobre o que fazer para melhorar a situação do país e a gestão pública, muitas respostas envolvem mudança (nas leis, na gestão, na estrutura administrativa, na política e na educação) assim como, algumas pessoas não tem noção do quer fazer pra reparar os problemas do país. Alguns entrevistados ainda mostram-se desacreditados nos gestores públicos, nas leis do país e na própria Gestão Pública.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração pública brasileira tem logrado grandes avanços no que tange planejamento, controle interno e externo, eficiência, transparência, comunicação, otimização de recursos, informatização de processos e sua sistematização. Porém, tantos avanços ainda não fizeram com que a gestão pública e suas instituições autônomas se livrassem de vícios administrativos, costumes e culturas danosas à boa gestão, os quais promovem regalias, vantagens e uso indevidos de bens, recursos e serviços públicos.

Tem-se ainda que a crise política, enfrentada pelo país, aprofunda as dificuldades econômicas e isso muito dificulta o desenvolvimento de nossas instituições. A gestão pública apresenta inúmeros desafios e muitos deles envolvem a falta de profissionalização, transparência, escassez de recursos e práticas de corrupção.

Os gestores públicos, em grande maioria, sequer tem um curso superior, ou não buscam se capacitar para melhor gerir os municípios. Ainda prevalecem os velhos costumes e as antigas formas de gestão arcaicas, que não contribuem para a modernização da gestão pública, para a melhoria dos serviços prestados à população e para a profissionalização de seus servidores. Então, passa a existir uma retroalimentação em prol do apoio para a prevalência de práticas como: patrimonialismo, nepotismo, clientelismo e corrupção na gestão pública.

Desse modo, a gestão de um município, por meio de instituições públicas, acaba sendo influenciada por grupos políticos, empresas e influentes famílias, uma vez que o poder passa de geração em geração, mantendo características similares, com o trato dos bens públicos para fins particulares, com a contratação de parentes, troca de favores entre o grupo político, dentre outros desvios de conduta administrativa.

Portanto, observa-se que é um costume antigo usar a máquina pública para fins particulares, onde o principal intuito é atender interesses individuais ou de pequenos grupos hegemônicos. Dessa maneira, as instituições e estruturas públicas acabam se tornando um patrimônio do governante, de viés patrimonialista, cravado no processo desde o processo colonização na política brasileira.

O voto passa a ser uma moeda de troca, seja por um emprego, por dinheiro, ou por qualquer outro benefício. Bem como, direitos são subtraídos ou omitidos de um cidadão, simplesmente, por ele não fazer parte de um específico ou seletivo grupo político. Somadas a essas questões, ao administrar a coisa pública de maneira criminosa, servidores passam a ser



perseguidos e até humilhados, pelo fato de não aceitarem as imposições inescrupulosas de um gestor ou de seus aliados.

Assim sendo, a promiscuidade nas relações administrativas e políticas, que se estabeleceram no país, a qual tange o público e o privado, ajudou a consolidar o tráfico de influência - utilização de posição de prestígio, para obter favor, prerrogativas, para si ou para terceiros -, gerando intensa corrupção, contribuindo ainda para a pobreza, a miséria, a fome, a carência no acesso à educação de qualidade, desempregos, queda na geração de emprego e renda, dentre outros fatores que não colaboram para o desenvolvimento do país.

Essa síntese, a Gestão Pública local ainda é carente de boas práticas administrativas, o funcionalismo público precisa evoluir no que se refere a profissionalização, informatização, eficiência, qualidade, equidade, dentre outros aspectos relevantes para o bom andamento de toda a Gestão Pública.

Observa-se ainda que é imprescindível mudanças na forma de gerir as instituições, bens, serviços e recursos inerentes à gestão. É de suma importância que esta mudança seja apreciada por todos que fazem a Gestão Pública local. As práticas de cunho patrimonialistas e clientelistas configuram-se como os principais embates a serem superados pela gestão. Sendo necessário a promoção de práticas que priorizem o interesse coletivo, redução de desigualdades, aumento da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, efetividade das políticas públicas, mais autônoma da Gestão Pública e maior responsabilização dos gestores perante a sociedade. Buscando dessa maneira, avançar em direção ao bem estar social.

## REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, Rafael. MOTTA, Fernando C. Prestes. Jeitinho brasileiro, controle social e competição. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 39, n. 1, Jan./Mar. 1999.
- ALTAMIRANO, Claudia. **El país**. Cidade do México, 06 out. 2016. Disponível em: < [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/03/internacional/1475517627\\_935822.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/03/internacional/1475517627_935822.html) >. Acesso em: 10 de mar. de 2017.
- ARAUJO, Ariella Silva. Nepotismo no Brasil e alguns conceitos de Max Weber. **Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar**, nº 18 – mai./jun./jul./ago. 2009.
- BARROSO, Luís Roberto. **Ética e jeitinho brasileiro: por que a gente é assim?** [s.l], 2017. p. 01-11. Disponível em: < <http://s.conjur.com.br/dl/palestra-barroso-jeitinho-brasileiro.pdf> >. Acesso em: 10 de ago. de 2017.
- BARLACH, Lisete. O jeitinho brasileiro: traço da identidade nacional? **RGPP – Revista Gestão & Políticas Públicas**, 3(2): 228-245 abril/julho 2013. Disponível em: < <file:///L:/USER/Downloads/98574-171228-1-PB.pdf> >. Acesso em: 02 de ago. de 2017.
- BARROS, Mariana. Análise da ‘operação lava jato’ a luz dos conceitos da governança corporativa. **Anais... XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro, 2015. p. 01-14. ISSN 1984-9354. Disponível em: < [http://www.inovarse.org/sites/default/files/T\\_15\\_149\\_2.pdf](http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_149_2.pdf) >. Acesso em: 10 de ago. de 2017
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 2011.
- \_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília, 2014.
- \_\_\_\_\_. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848 de 12/40 alterado pela Lei nº 9.777 em 12/98. Disponível em < [http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt\\_bra-int-text-cp.pdf](http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf) >. Acesso em: 10 de mai. de 2017.
- \_\_\_\_\_. STF – Supremo Tribunal Federal. **Súmula vinculante nº 13. 2008**. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1227> >. Acesso em: 10 de mai. de 2017
- BONEZZI, Carlos Alberto; PEDRAÇA, Luci Léia de Oliveira. **A nova administração pública: reflexão sobre o papel do Servidor Público do Estado do Paraná**. Londrina, 2008.
- BRUHNS, Hinnerk. O Conceito de Patrimonialismo e Suas Interpretações Contemporâneas. **Revista Estudos Políticos**, ISSN 2177-2851, Número 4 – 2012/01.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo e clientelismo - Uma Discussão conceitual**. Rio de Janeiro, 1997. p. 130-250. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/53473735/CARVALHO-Jose-Murilo-de-Mandonismo-coronelismo-e-clientelismo-uma-discussao-conceitual-In-CARVALHO-Jose-Murilo-de-Pontos-e-bordados-Belo-Hori> >. Acesso em: 10 de mar. de 2017.

CORRUPÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 790.

COPOLA, Gina. **A nomeação de parente para cargo de secretário configura nepotismo proibido pela súmula vinculante nº 13, do E. Supremo Tribunal Federal?**. Minas Gerais, 2013. p. 01-10. Disponível em: <<http://www.acopesp.org.br/artigos/Dra.%20Gina%20Copola/gina%20artigo%2093.pdf>>. Acesso em: 17 de ago. de 2017.

FILHO. Paulo M. d'Avila; JORGE, Vladimir Lombardo; COELHO. Ana Fernanda. Acesso ao poder. Clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia. Civitas. **Revista de Ciências Sociais**, [s.l], v. 4. n. 2, jul./dez. 2004.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p.386-42, nov., 2009.

GIACOMO, Waldemar Álvaro Di. O *New Public Management* no Canadá e a gestão pública contemporânea. **Interfaces Brasil/ Canadá**, Rio Grande, n. 5, 2005.

GÓES, Beatriz de Castro. **Administração Pública sob o Princípio da Eficiência**. Rio de Janeiro, 2010.

GOMES. José Vitor Lemes. OS BRASILEIROS FRENTE À CORRUPÇÃO: Um estudo sobre comportamento político. **Anais...I Seminário Internacional de Ciência Política** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

JUNIOR, José Vicente Godoi. **Agências reguladoras**: características, atividades e força normativa. 2008, f. 112. Dissertação. (Mestrado em Direito). UNIMAR - Universidade de Marília, Marília. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/BE318D57B1169ABAE138DF08592C84E2.pdf>> > acesso em: 07 de jul. de 2017.

JUSTI, Adriana; VIANNA, José. **G1 PR e RPC, Curitiba**. Curitiba, 15 de abr. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/operacao-came-fraca-policia-federal-indicia-mais-de-60-pessoas.ghtml>>. Acesso em: 10 de ago. de 2017.

JÚNIOR, Nelson da Silva Boaventura. **Controle interno**: contribuição para a melhoria da gestão municipal de Feira de Santana. Cachoeira, 2014.

JÚNIOR, Aristeu Portela. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **PLURAL - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.19.2, p.9-27, nov., 2012. Disponível em: <<file:///L:/USER/Downloads/74433-100117-1-SM.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. de 2017.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41- 48, Mai./Jun., 1994. Disponível em: <

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/38269/36984> >. Acesso em: 15 de ago. de 2017.

MADRID, Daniela Martins. **Corrupção:** do patrimonialismo à “banalização do mal” por meio da violação dos direitos fundamentais. Paraná, 2012. p. 01-27. Disponível em: < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=41f1f19176d38348> >. Acesso em: 20 de abr. de 2017.

MARTINS, Manoel Henrique. **O QUE É GESTÃO PÚBLICA?** São Paulo, 01 de out. 2005. Disponível em: < <http://gestaopublica.net/blog/o-que-e-gestao-publica/>>. Acesso em: 10 de ago. de 2017.

MESSAGI, Angelino. **Planejamento orçamentário na administração pública:** estudo de caso da prefeitura de Osório. Osório, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº 1, Junho, 2007, p. 97-123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v13n1/v13n1a04.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. de 2017.

MORES, Giana de Vargas. **A corrupção no Brasil:** um estudo sobre os possíveis determinantes econômicos, políticos e sociais. Monografia Premiada com MENÇÃO HONROSA no 4º Concurso de Monografias da CGU – Edição 2009 Inscrição nº 010U.

GARCIA, Emerson. O nepotismo. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n.72, 13. Set/2003. ISSN 1518-4862. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/4281> >. Acesso em: 04 mai. 2017.

**O QUE É NEPOTISMO?** Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/campanhas/356-geral/13253-o-que-e-nepotismo> >. Acesso em: 10 de mar. de 2017.

PASE, Hemerson Luiz. MÜLLER, Matheus. MORAIS, Jennifer Azambuja de. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. **Pensamento Plural**. [10]: 181 - 199 janeiro/junho de 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Administração pública gerencial:** estratégia e estrutura para um novo Estado. Brasília: MARE/ENAP, 1996, 28 p. (Caderno ENAP; n. 9).

PIMENTELA, Isabella Arruda. **Corrupção no Brasil e a atuação do ministério público**. 2014. 129 f. Dissertação. (Mestrado em direitos Humanos) – UFPB - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SANTOS, Alba Conceição Marquez dos. **A administração pública gerencial**. [s.l.], 2003.

SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a formação do estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. **CONPEDI** - Conselho Nacional de Pós-graduação em Direito, v. 1, p. 203-223, 2006.

**APÊNDICE**

## QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC**

## QUESTIONÁRIO

Informamos que o presente instrumento de pesquisa tem por objetivo central, coletar dados referentes às práticas do nepotismo, do patrimonialismo, do clientelismo e da corrupção. Dados que deverão subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão das Políticas Públicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CDSA, Campus de Sumé – PB. Solicitamos sua colaboração, respondendo ao questionário.

Esp. Josefa Jozaelsan da Silva. Orientando

E-mail: [jozaelsansilva@hotmail.com](mailto:jozaelsansilva@hotmail.com)

Prof. Me. Allan Gustavo Freire da Silva. Orientador

E-mail: [allangfs@hotmail.com](mailto:allangfs@hotmail.com)

**1. Você acha certo que servidores públicos utilizem-se de carros, telefone, materiais e/ou serviços para benefício próprio?**      (    )Não                              (    )Sim

**2. Você acha certo que gestores públicos contratarem seus familiares (sem concurso) para trabalhar em órgãos públicos?**      (    )Não                              (    )Sim

**3. O que você acha se os gestores públicos municipais, estaduais ou federais favorecerem grupos de pessoas específicos?**      (    )Concordo                              (    )Discordo

Por que? \_\_\_\_\_

**4. Você acha que a gestão Municipal, Estadual e Federal sofre pelo mal da corrupção em seus atos?**                              (    )Não                              (    )Sim

Como? \_\_\_\_\_

**5. Você identifica pessoas obtendo algum tipo de regalia ou privilégio na gestão pública na esfera Municipal, Estadual ou Federal?**      (    )Não                              (    )Sim.

Quem? \_\_\_\_\_

